

Justiça Federal

Digital

► Lançada pedra fundamental

Solenidade marca início da construção do fórum da Justiça Federal serrana



300



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

► JFES lança pedra fundamental para construção da sede definitiva de Serra

A Justiça Federal capixaba realizou na manhã de 25 de março a Solenidade de Lançamento da Pedra Fundamental da Sede Definitiva da Subseção Judiciária de Serra. O evento marcou o início da construção do prédio da vara federal que, desde que foi instalada, em dezembro de 2010, funciona em imóvel alugado, em Serra-Sede. A cerimônia foi realizada ao lado do terreno doado pela prefeitura para construção do prédio – uma área de 4 mil metros quadrados na Av. Norte Sul, próximo ao terminal rodoviário de Laranjeiras.

Os anfitriões -presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, e vice-diretor, juiz federal José Eduardo do Nascimento - receberam o governador do Estado, Paulo Hartung, a secretária de Estado de Ação Social e Direitos Humanos, Sueli Vidigal (representando o deputado federal Sergio Vidigal), e o prefeito de Serra, Audifax Barcelos, entre aproximadamente 100 autoridades e servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O evento foi iniciado com a execução do Hino Nacional Brasileiro e, em seguida, o diretor do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM) da Justiça Federal, engenheiro Carlos Chaves Damásio, fez uma apresentação detalhada sobre a nova sede.





Acesso e preservação

Damásio destacou que o projeto desenvolvido por ele e sua equipe teve como primeira premissa a acessibilidade. “Todos os prédios da Justiça Federal hoje têm acessibilidade plena, inclusive para portador de deficiência visual, e neste prédio não poderia ser diferente”, pontuou, frisando que o prédio de Serra, em particular, vai seguir 100% a orientação da Resolução 114 do CNJ, que trata da construção de prédios da Justiça.

Outra preocupação foi com a questão ambiental. “Praticamente metade do terreno é área de preservação ambiental. Em função dessa característica, o prédio contará com aproveitamento de água de chuva, gás ecológico no ar condicionado, uma série de medidas no sentido da sustentabilidade. Até porque a gente vê que um prédio público é também um exemplo”, ressaltou o engenheiro.

O diretor do NOM chamou atenção ainda para o fato de, a exemplo de outros prédios da Justiça Federal, o prédio de Serra será construído para uma vara federal, que é a situação atual, podendo ser ampliado para ocupar até três varas, “com um segundo módulo que pode ser colocado posteriormente”.

Ciclovias

Damásio também destacou, no projeto, a inclusão de uma ciclovias e de estacionamento para o público, atendendo as regras do Plano Diretor municipal.

Recursos garantidos

Uma peculiaridade interessante do projeto, na opinião de Damásio, é a questão orçamentária. “O terreno para essa construção foi doado pelo então prefeito Sérgio Vidigal, em 2011. Em 2013, por emenda do então deputado federal e atual prefeito Audifax, a gente recebeu R\$ 250 mil. No ano seguinte, a obra recebeu, por emenda da deputada Sueli Vidigal, mais R\$ 343 mil. Em função dessa emenda, com a colaboração do nosso presidente, Sergio Schwaitzer, conseguimos no final do ano passado, no último dia do ano, mais R\$ 1,5 milhão de crédito suplementar”, conta o diretor.

“Na Lei Orçamentária deste ano, já aprovada e em fase de sanção pela Presidência da República, já temos praticamente o restante do recurso assegurado. Para o próximo ano a gente previu no plano de obras mais R\$ 357 mil, para dar conta dos reajustes e outras necessidades. Então a gente já começa a obra com praticamente 100% do recurso assegurado”, comemora o servidor, finalizando sua apresentação com outros detalhes do projeto e um vídeo que mostra a maquete eletrônica do prédio.



Mais valor para a cidade

O prefeito Audifax Barcelos destacou a importância da obra para o município. “Estou muito feliz, de verdade. Essa obra vai agregar muito valor para a cidade, terá qualidade de serviços prestados para o habitante da Serra”.

O prefeito também chamou atenção para o caráter coletivo da obra: “Esta é uma obra conquistada a quatro mãos: da Justiça Federal, do ex-prefeito Sérgio (Vidigal), do deputado federal Audifax, e da deputada federal Sueli. Dessa maneira, vocês vão ver aqui um prédio belíssimo.”

Compromisso com o ser humano

Em seguida, a secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Sueli Vidigal, representando o deputado federal Sérgio Vidigal, declarou que “o lançamento da pedra fundamental do fórum da sede definitiva da Subseção Judiciária da Serra representa o compromisso da instituição em atender às demandas e aos anseios do município da Serra, com os seus 476.228 mil moradores, representando uma considerável parcela da população do Estado do Espírito Santo”.

“A instituição está de parabéns. A edificação desse fórum, para atender melhor à comunidade, é atentar para o ser humano”, concluiu.



Esforço para o bem comum

O diretor do foro, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, ressaltou que, embora a Seção Judiciária do Espírito Santo represente apenas 10% da 2ª Região (que engloba Rio e ES), muitos investimentos foram feitos na Justiça Federal capixaba nos últimos dois anos. “Mudamos todas as nossas subseções no interior: Cachoeiro, Colatina, Linhares, São Mateus e agora Serra. Por isso temos que agradecer ao desembargador Sérgio Schwaitzer”.

O magistrado explicou que “a Seção Judiciária do Rio de Janeiro possuía um orçamento que não iria utilizar, e o desembargador Sérgio, com a visão do todo, decidiu alocar os valores no Espírito Santo, para complementar os recursos necessários à construção da sede de Serra”.

“Para fazer o que estamos fazendo aqui hoje, foi necessário um grande esforço”, destacou o juiz federal. “O que a gente buscou aqui, como já foi dito, foi o bem comum. Cada um de nós, na parcela de suas competências, quer uma obra que vá atender as pessoas”.

Próxima do cidadão

Segundo Fernando Mattos, o prédio da Subseção de Serra está sendo construído para atender principalmente “aquela que é a ‘cara’ mais próxima da Justiça Federal com o cidadão: os juizados especiais federais”. “Aqui serão discutidas questões relativas à União, à Caixa Econômica Federal, mas principalmente aquelas questões da Previdência Social, que atendem mais diretamente o cidadão”.

“Espero que daqui a dois anos, ou daqui a 18 meses, nós possamos estar aqui celebrando não a pedra fundamental, mas o início do funcionamento efetivo desse prédio, que vai atender a essa comunidade”, finalizou.



Reduzindo a desigualdade

O governador Paulo Hartung, por sua vez, saudou a todos, dizendo da alegria de estar ali “iniciando uma obra que tem a ver com a questão social”. Destacou que a apresentação do engenheiro Damásio mostrou o quanto “é difícil fazer uma obra no nosso país”. “Quando você descreve passo a passo do processo, fica claro como é que é difícil transformar uma boa ideia numa ação concreta na vida dos brasileiros”, enfatizou.

Paulo Hartung também levantou a questão da desigualdade e de como a Justiça Federal pode ajudar nesse quesito. “A história do nosso país tem a marca da desigualdade e da concentração de renda. Quando a gente olha a caminhada histórica do Brasil, a gente esbarra com fatos lamentáveis como o país ter sido o último a abolir a escravidão, que é uma cicatriz gravíssima no ponto de vista social na nossa história. Um equipamento como esse (um fórum da Justiça Federal) pode ajudar muito, distribuindo justiça. Porque muitas vezes um processo significa mais concentração de renda, mais desigualdade. E essa instituição, a Justiça Federal, que tem ajudado a sacudir esse país em coisas importantes, pode nos ajudar muito a ir além, numa caminhada de um novo tipo nas terras brasileiras”.

Julgar e administrar

A palavra final ficou por conta do presidente do TRF da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, que falou sobre a dificuldade da administração, principalmente para um órgão do Judiciário. “Parece muito fácil, quando a obra já está contratada, o projeto pronto, os recursos praticamente todos destinados. Administrar é difícil. Não é só a administração do



executivo federal, estadual e municipal, mas para quem exerce a função executiva dentro Justiça talvez seja ainda mais difícil, porque nós não temos a expertise que os senhores têm. Nossa função é julgar, não é administrar”.

“Então, dentro da nossa limitação, dentro das nossas dificuldades, eu só posso destacar a importância dessa obra da Subseção Judiciária de Serra para o município de Serra”, disse o presidente, chamando a atenção para a quantidade de autoridades presentes. “Nesse tempo que eu tenho de Justiça Federal, bastante tempo, poucas vezes vi tantas autoridades do Poder Executivo local, do Poder Executivo estadual, presentes a uma solenidade, mesmo no Tribunal”.

Para o desembargador federal, a participação das autoridades no evento “vem demonstrar a importância da construção desse prédio da Subseção Judiciária de Serra para o estado do Espírito Santo, para o município de Serra - maior município do Estado, um município em franca ascensão, em franco desenvolvimento, e essa construção dessa Subseção só vem a agregar”.

A importância maior, na opinião de Sergio Schwaitzer, “é que é um prédio adequado às necessidades não só da Justiça Federal, mas às necessidades daqueles que vêm buscar os nossos serviços”.

O presidente, então, agradeceu a colaboração do município de Serra, “primeiro na locação do imóvel, que conseguiu garantir a instalação da Vara de Serra, e depois com a doação desse belíssimo terreno, que dá os fundos para essa reserva” e fechou seu discurso parabenizando o diretor do foro Fernando Mattos e a toda a Seção Judiciária do Espírito Santo.

Urna

Após os discursos, o presidente do Tribunal foi convidado para, juntamente com as principais autoridades presentes, depositar numa urna de vidro uma pasta com cópias dos documentos relacionados à obra, como escritura, convites e editais de licitação, termo de entrega, ações orçamentárias, plantas da obra, atos de instalação e designação de juízes, resolução que alterou a competência territorial e em razão da matéria, composição do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e da Seção Judiciária do Espírito Santo, informativos e matérias produzidas pela Comunicação Social da Justiça Federal, fotos do terreno e perspectiva da nova sede, jornais locais do dia.

Como o terreno ainda deverá ser escavado, a urna ficará sob a guarda do Núcleo de Comunicação Social (NCS) e será enterrada durante a construção.

O presidente, em seguida, descerrou a placa comemorativa marcando simbolicamente o lançamento da pedra fundamental da sede definitiva da Subseção Judiciária de Serra, acompanhado do governador Paulo Hartung, dos desembargadores federais Antonio Ivan Athié e Luiz Antonio Soares, do diretor do foro, Fernando Mattos, do prefeito Audifax Barcelos, da secretária Sueli Vidigal, da vice-prefeita Lourência Riani, do procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabello Vieira.

Após o ato simbólico, todos foram convidados para visitar o terreno onde estão sendo realizadas as obras.

Outras presenças registradas pelo Cerimonial

Os desembargadores federais Antonio Ivan Athié, Luiz Antonio Soares (diretor da Emarf/Vitória) e Antonio Cruz Netto, e a juíza federal Virgínia Procópio Oliveira Silva prestigiaram o evento, assim como os juízes federais da subseccional serrana - o titular, Roberto Gil Leal Faria, e o substituto, Carlos Gustavo ChadaChaves, o diretor da vara, Eliel Kieffer Seith, e os servidores José Pires de Oliveira Júnior, Cláudia Pedrinha Pádua e Fabrício Brandão da Silva Menij.

A sede da Seção Judiciária foi representada pela diretora da secretaria geral, Maria Cristina Natalli, pela coordenadora jurídica, Gelciane Ramos Alves, pelos diretores dos núcleos de Gestão de Pessoas, Josélio Santos Nascimento, Apoio Judiciário, Vera Ely Massariol, Controle Interno, Meroísa Fonseca de Souza Costa, Administração e Finanças, Cristiene Ginaid de Souza Cupertino de Castro, Segurança e Transporte, Edilson Carlos Vidal, de Comunicação Social e Relações Públicas, Ana Paola Dessaune Carlos Vidal (na coordenação do evento), de Obras e Manutenção, Carlos Chaves Damásio (responsável pela obra), Roseane Rodrigues de Almeida (representando o diretor de Contratações, Moacir Sader Silveira Júnior) e servidores das mais diversas áreas administrativas e varas federais.

Participaram ainda: Dalton Santos Morais (subprocurador-Chefe da Procuradoria Federal no Espírito Santo), Francisco Martinez Berdeal (promotor de Justiça, representando o procurador geral de Justiça, Eder Pontes da Silva), Luiz Henrique Antunes Alochio (procurador do Município de Vitória, representando os advogados), Vilmar Lobo AbdalahJunior (procurador-chefe da Procuradoria Federal no Espírito Santo), Victor Silves (procurador-geral de Serra), as secretárias municipais Áurea Galvão (Habitação) e Regilene Mazzariol Tononi (Assistência Social) e os vereadores Antonio Silva Gomes, Jorge Luiz da Silva, Nacib Haddad, Paulo Viana e Rodrigo Caldeira.



Saiba mais

Instalada em 15 de dezembro de 2010, em imóvel alugado obtido com o apoio da Prefeitura do município, na Rua Major Piçarra, 12, em Serra-Sede, a Vara Federal de Serra marcou o processo de descentralização da Justiça Federal na região da Grande Vitória. A Vara Federal de Serra recebe apenas processos eletrônicos e sua jurisdição compreende os municípios de Serra e Fundão, exceto para processos criminais, que continuam a tramitar na Subseção Judiciária de Vitória. Tramitam na vara aproximadamente 11 mil processos.

A entrega da sede definitiva, na Av. Norte-Sul, está prevista para meados de 2016.



▶ Presidentes do TJES e do TRF2 oficializam transferência de arquivos

Foi realizada na tarde do dia 25 de março de 2015, na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), a formalização da transferência, para domínio e guarda permanente da Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), de documentos como feitos judiciais e livros de registro concernentes à extinta Justiça Federal, criada pelo Decreto nº 848/1890, e compreendidos no período de 1890 a 1937, que passaram para a guarda da Justiça do Estado do Espírito Santo por força das disposições do art. 185 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, e seu respectivo regulamento (Decreto-Lei nº6/1937).

O documento foi assinado pelo presidente do TJES, desembargador Sergio Bizzotto, pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer; pelo desembargador federal Luiz Antonio Soares; pelo diretor do foro da SJES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos; pelo desembargador Samuel Meira Brasil Jr.; pelo juiz de direito Getúlio Pereira Neves, presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CEPAD) do TJES; pelo juiz federal Ronald Krüger Rodor, integrante da Comissão para implementação do Projeto Memória Institucional da 2ª Região; pela diretora da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação (SED) do TRF2, Lenora Beaurepaire Schwaitzer; e pelo coordenador de gestão documental do TJES, Fábio Buaiz de Lima.



Graça Aranha e Alphonsus Guimaraes

De forma a ressaltar a importância da preservação dos processos para a história, o presidente do TJES lembrou o escritor Graça Aranha, que foi juiz em Santa Leopoldina e “escreveu uma obra muito importante com cenário na comarca que ele era titular, o romance ‘Canaã’, que foi extremamente conceituado e lido através de décadas. Ora, uma sentença do Graça Aranha é uma sentença muito importante para nós do Judiciário e também para o mundo das Letras no Brasil”. Outro exemplo dado pelo desembargador foi o do poeta simbolista Alphonsus de Guimaraes, que foi juiz em Mariana, cidade vizinha a Ouro Preto. “Suas sentenças foram todas recuperadas pelo Tribunal de Justiça de Minas (Gerais), há alguns anos”.

Sergio Schwaitzer, por sua vez, ressaltou a preocupação da Justiça Federal em investir nessa recuperação, apesar da “carência de recursos humanos, financeiros, de espaço, e da necessidade que nós temos de investir na nossa atividade fim, que é julgar”. Porém, destacou, “dentro do possível”, “o projeto de Centro de Memória visa exatamente buscar recuperar essas joias que nós temos, seja na literatura, em relação às figuras proeminentes da República”. Ainda segundo o magistrado, o projeto é de “longuíssimo prazo” e a parceria com o TJES “talvez seja um ponto de partida aqui no Espírito Santo, uma parceria muito proveitosa”.

Parceria

O trabalho desenvolvido pela CEPAD/TJES foi mencionado pelo juiz de direito Getúlio Pereira Neves. “Nós temos uma

parceria informal com a Justiça Federal e com o dr. Ronald (Krüger Rodor)". Segundo o juiz, quem localizou os processos transferidos para a Justiça Federal agora foi a supervisora da Seção de Arquivo e Depósito Judicial (Seard/NAJ), Gilsea Martins Soares. "Foi justamente pelo fato da gente conservar até hoje os processos que corriam na (Vara dos Feitos da) Fazenda Pública que a gente pode passar esse acervo para vocês". "Se, para nós, no meio da nossa massa documental, aquilo (as caixas com os processos da Justiça Federal) não chamaria a atenção, para a Justiça Federal é o acervo", que agora será tratado, pesquisado.

O presidente do TRF da 2ª Região propôs ao final que fosse realizado um convênio com o TJES para "trocar informações técnicas que possibilitem um avanço comum" e auxiliem na formação do Centro de Memória da SJES. O presidente do TJES manifestou seu total interesse e concluiu afirmando que a justiça Estadual "só estava guardando (os processos da Justiça Federal)" e que agora eles estavam sendo entregues "a quem de direito".

Primeira transferência

A primeira transferência dos arquivos que totalizaram 622 processos, sendo o mais antigo datado de 1893, e o livro de Termo de Compromisso, ano 1924/1937, já havia sido realizada no dia 19 de dezembro de 2014. Na ocasião, a supervisora da Seard/NAJ, Gilséa Martins Soares, foi pessoalmente buscar os processos que estavam no Arquivo Geral do TJES.

A transferência desse acervo, na época, foi autorizada pelo juiz de direito Getúlio Pereira Neves, presidente da CEPAD/TJES. O documento assinado no dia 25 de março de 2015 autoriza, desde já, "mediante prévio acordo entre os órgãos setoriais respectivos", a "continuidade dos trabalhos no sentido de localização de outros documentos relacionados com o período e o objeto descrito", sendo que futuras transferências devem ter o respaldo prévio da CPAD/TJES.

▶ Núcleo Regional do Centro de Memória Institucional da JFES inicia seus trabalhos



Em solenidade realizada na tarde do dia 25 de março, no foyer do Auditório 'Juiz Federal Luiz Eduardo Pimenta Pereira', o presidente do TRF da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, o diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, declararam abertos os trabalhos do Núcleo Regional do Centro de Memória Institucional da Seccional capixaba.

Também participaram da solenidade o juiz federal Ronald Krüger Rodor, integrante da

Comissão para Implementação do Projeto Memória Institucional da 2ª Região e autor do livro “Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo”, e a diretora da Secretaria de Documentação e Disseminação da Informação – SED/TRF2, Lenora de Beaurepaire Schwaitzer, que agradeceu ao presidente e ao diretor do foro da SJES por reconhecerem a importância da preservação da memória para a instituição.



'Memória para o futuro'

“É relevante para todos nós saber que a memória da Justiça Federal está alcançando um novo patamar. Hoje, nosso dia a dia é focado em atender às demandas dos jurisdicionados, sem saber que amanhã essas demandas virão história e memória. Então o que nós estamos fazendo hoje, no dia a dia, seja para a parte orçamentária, seja para a construção de um novo prédio, seja para o controle das nossas atividades, nós estamos fazendo a memória para o futuro. Então, quanto a isso, é muito relevante a gente trabalhar e realizar algo em relação à memória do passado. Entendendo o passado é que nós poderemos saber qual é a nossa identidade. Então, essa iniciativa, que é pioneira de um trabalho conjunto, regional, deve ser ressaltada, valorizada. Eu agradeço ao presidente do Tribunal, ao Diretor do Foro e a todos que aqui estão por reconhecer esse valor”, afirmou Lenora Schwaitzer.

lção à memória do passado. Entendendo o passado é que nós poderemos saber qual é a nossa identidade. Então, essa iniciativa, que é pioneira de um trabalho conjunto, regional, deve ser ressaltada, valorizada. Eu agradeço ao presidente do Tribunal, ao Diretor do Foro e a todos que aqui estão por reconhecer esse valor”, afirmou Lenora Schwaitzer.



Livro e galeria

Falando na sequência, o juiz federal Ronald Krüger Rodor, destacou que esse era um “ato simbólico” do início dos trabalhos do Núcleo Regional do Centro de Memória na SJES. Lembrou o magistrado dos eventos que envolveram a memória institucional realizados em 2014, como o lançamento do livro “Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo” e da inauguração da Galeria de Diretores do Foro.

Ronald Krüger Rodor também lembrou da assinatura do termo de transferência do ‘acervo históri-

co’ de processos da Justiça Federal capixaba de 1890 a 1937, oficializado em solenidade realizada alguns minutos antes no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, que detinha a guarda desses processos.

Disseminação do conhecimento

Para o evento daquela tarde, foi feita uma pequena exposição, “com o acervo mobiliário que a gente tinha e uma parte pequeníssima do acervo documental que temos para simbolizar esse momento. Mas o Centro de Memória é muito mais que isso, do que um espaço físico de exposição. Não se confunde simplesmente com um museu do Judiciário”. Sua finalidade é a gestão do acervo histórico, da guarda, da documentação e, “o mais importante de tudo”, segundo o juiz, “a disseminação do conhecimento daquilo tido como de valor histórico”.

“Os processos judiciais têm encapsulados ali não só a história da instituição Justiça Federal, mas também a história da própria comunidade em que está inserido ali aquele Tribunal, enfim, aquelas varas, aqueles juízes que atuaram”.

Registros

Ronald Krüger Rodor fez ainda, ao final de sua fala, dois registros. O primeiro, de agradecimento às administrações do Tribunal e da SJES, “que sempre apoiaram e prestaram total assistência a todas as atividades que nós tentamos desenvolver ao longo desse tempo referentes à preservação da memória da Justiça Federal na 2ª Região, em especial na Seção Judiciária do Espírito Santo”.

O segundo, “especificamente em relação à exposição que vocês vão poder ver daqui a pouco, aos servidores, às servidoras, principalmente, que prestaram todo o apoio e tiveram o esmero de trabalhar com isso. Ao pessoal do NCS, principalmente na pessoa da Ana Paola (Dessaune Carlos Vidal) e nosso fotógrafo também, (José Augusto) Magnago, que até tirar foto lá de cima do prédio ele tirou, que vocês vão poder ver; o pessoal do NAI, na pessoa da Vera (Ely Massariol); e o pessoal da Seard, na pessoa da Gilséa (Martins Soares)”, finalizou o magistrado.



Juiz colaborador

O diretor do foro da Seccional capixaba, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, agradeceu ao juiz federal Ronald Krüger Rodor pela “parceria fundamental”. “Talvez tenha sido o juiz mais colaborador da Administração e é importante que a gente faça esse agradecimento” e lembrou a importância do resgate e da preservação da nossa memória institucional.

Agradeceu também a presença do desembargador federal Antonio Cruz Netto e do vice-diretor do foro, juiz federal José Eduardo do Nascimento.

Na sequência, o diretor do foro agradeceu ao presidente do TRF2 “por todo o apoio que a Administração teve”. O agradecimento “dos magistrados e dos servidores da Seção Judiciária” foi registrado em uma placa entregue ao presidente que continha os seguintes dizeres:

“Ao Desembargador Federal Sergio Schwaitzer, presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a homenagem e o

agradecimento dos magistrados e servidores da Seção Judiciária do Espírito Santo pelo apoio aos projetos estratégicos da Seccional capixaba durante a sua gestão no biênio 2013/2015”.

Reconhecimento importante

O presidente do TRF da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, agradeceu a homenagem e afirmou achar “muito importante esse reconhecimento”, uma vez que sempre foi sua preocupação “não fazer distinções entre as seções judiciárias do Rio e do Espírito Santo. Dentro do que foi possível, dentro das limitações do Tribunal, em razão da autonomia que as Seções Judiciárias têm em termos de orçamento, tudo aquilo que eu pude fazer em termos de equalizar a força de trabalho, recursos, planejamento, tentei fazer. Espero que tenha alcançado o objetivo de melhorar, dentro do possível, o nosso trabalho, prestar serviço jurisdicional, fazer, entregar, aquilo que nos procuram”.

Em relação ao Centro de Memória, afirmou ser esse um “momento importantíssimo”, com a formalização da entrega dos autos que, por direito, conforme determina o art. 77, da Lei 5.010/1966, eram da Justiça Federal, quase 50 anos após sua reinstalação.



‘Regionalizar’

A ideia, segundo o presidente, “é regionalizar, dentro daquilo que é a melhor linha de ação que o Tribunal pode ter, uma linha regional, que tem um direcionamento só, uma linha de pensamento, e uma orientação mais firme, fazer uma análise, tratamento, guarda, tudo aquilo que o (juiz federal) Ronald (Krüger Rodor) já colocou para conservação e a gestão desses processos”, disse.

“Para muitos, o arquivo é só o fim da linha”, continuou o presidente, porém “esses processos contêm muita história, muita parte da vida da pessoa, história da Justiça Federal, história do nosso país. Então, eu considero extremamente importante que haja – vai haver, tenho certeza – um prosseguimento dessa linha de ação com o Tribunal e das próprias seções judiciárias. Isso é só o ponto de partida, só uma pequena amostra”.

Função

“E, para finalizar e marcar a posição institucional da região, provavelmente hoje eu assino a resolução de readequação das funções do Centro de Memória, que foi criado em 2011, inclusive deslocando uma função aqui para a Seção Judiciária do Espírito Santo para que haja uma ação permanente em termos de conservação desses processos”, concluiu, agradecendo mais uma vez pela homenagem e conclamando os presentes a visitar a exposição que foi montada na Entrada 1 do auditório e manteve visitação até o dia 30 de março, das 12 às 17h.



▶ JFES obtém 94% de acordos nas audiências de conciliação pré-processual realizadas no dia 20/3

A Justiça Federal do Espírito Santo, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), obteve no dia 20 de março 94% de acordos em audiências de conciliação pré-processual. Foram realizadas naquela data 19 audiências envolvendo a Caixa Econômica Federal em matéria de danos morais e o total de acordos ficou em torno de R\$ 36 mil.

As audiências, realizadas na sede da Seccional em Vitória, foram conduzidas pelas servidoras do Cescon: Maristherde Souza Lima

Siqueira (supervisora), Rosimeri Rocha Costa e Vera Lúcia Freitas Nogueira Sansoni.

A conciliação pré-processual faz parte do projeto-piloto im-plantado no ano passado na Justiça Federal capixaba, por meio da Portaria Nº 24, de 14 de março de 2014. De lá para cá, toda sexta-feira o Cescon promove esse tipo de audiência.



Como funciona

A petição que chegam ao Núcleo de Distribuição da Justiça Federal, sobre os assuntos dispostos na Portaria 24, é encaminhada ao Cescon, que a envia no mesmo dia à Caixa para verificar se aquela questão é passível de acordo. Em caso positivo, a parte é intimada – em no máximo 24 horas - para a audiência de conciliação, que ocorre em uma semana.

A audiência é conduzida por um servidor conciliador. Resultando em acordo, o que ficou combinado ao final da negociação é documentado e assinado pelos presentes e enviado posteriormente a um juiz federal, para homologação.

Homologado o acordo, o valor acertado entre as partes é depositado na conta do cliente reclamante em até 15 dias úteis.

Localizado na sede da Justiça Federal, em Vitória (Av. Beira-Mar, 1877, Monte Belo), o Centro de Solução de Conflitos tem como coordenadora a juíza federal Aline Alves de Melo Miranda Araújo. Sua antecessora, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, atualmente presta auxílio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro, cujo diretor é o desembargador federal José Ferreira Neves Neto.

Os contatos do Cescon para informações ou agendamento de audiências de conciliação são: 27-3183-5015 e conciliacao@jfes.jus.br.

► Informativo da Jurisprudência das Turmas Recursais

O Informativo da Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais do Espírito Santo está de volta, na página da Justiça Federal na internet (www.jfes.jus.br). Acesse o item "Institucional", no menu lateral esquerdo da página, e em seguida "Turma Recursal" – "Informativo da Jurisprudência".

► Exposição Romaria



Foto: Wladimir Aires

O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal, em Vitória/ES, e a Justiça Federal do Espírito Santo, convidam para a exposição

Romaria

Abertura

30 de março de 2015, às 18h

Visitação

30 de março a 30 de abril de 2015
De segunda a sexta, das 12h às 17h

Local

Justiça Federal do Espírito Santo
Av. Mascarenhas de Moraes, 1877

Informações

nccjf@jfes.jus.br



o Não haverá expediente no Dia de Nossa Senhora da Penha (13/4), nas Subseções Judiciárias de Vitória e de Cachoeiro de Itapemirim.

Veja no www.jfes.jus.br a Portaria N° TRF2-PTP-2014/00538 de 15 de dezembro de 2014.

o Haverá expediente normal no dia 20/4 em toda a Justiça Federal/ES

No dia 21/4 não haverá expediente na Justiça Federal/ES.

NOTÍCIA DO TRF2

► Gestão do TRF2 para o biênio 2015/2017 toma posse em sessão solene na quinta-feira, 9/4*

Em solenidade a ser realizada no dia 9 de abril, às 16h, no Plenário, o TRF2 dará posse aos seus novos gestores. O presidente Poul Erik Dyrlund, o vice-presidente Reis Friede e o corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região Guilherme Couto de Castro exercerão seus mandatos até 2017. A eleição foi realizada pelo Plenário do Tribunal no dia 10 de fevereiro.

Graduado em Direito há mais de 30 anos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Poul Erik Dyrlund, traz para a Presidência do TRF2 a experiência como vice-presidente da Corte, mandato que exerceu entre 2013 e 2015, quando foi eleito para administrar o tribunal.

Confira abaixo como fica a composição do tribunal para o biênio 2015/2017:

Presidente - desembargador federal Poul Erik Dyrlund.

Vice-presidente - desembargador federal Reis Friede.

Corregedor regional da Justiça Federal da 2ª Região - desembargador federal Guilherme Couto de Castro.

Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf)

Diretor geral – desembargador federal Luiz Antônio Soares.

Diretor de publicações - desembargador federal Guilherme Diefenthaler.

Diretor de cursos e pesquisas - desembargador federal Aluisio Mendes.

Diretor de intercâmbio e difusão - desembargador federal Ricardo Perlingeiro.

Diretor de estágios - desembargador federal Marcus Abraham.

Conselho de Administração

Desembargador federal Poul Erik Dyrlund.

Desembargador federal Reis Friede.

Desembargador federal Guilherme Couto de Castro.

Desembargadora federal Simone Schreiber.

Desembargadora federal Letícia Mello.

Desembargador federal Marcello Granado.

Suplente - desembargador federal Ricardo Perlingeiro.

Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)

Diretor geral - desembargador federal Guilherme Calmon.

Vice-diretor geral - desembargador federal Ferreira Neves.

Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais

Coordenadora - desembargadora federal Salete Maccalóz.

Suplente - desembargadora federal Lana Regueira.

Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Coordenador - desembargador federal Ferreira Neves.

Suplente - desembargador federal Luiz Antonio Soares.

Ouvidoria

Ouvidora - desembargadora federal Nizete Lobato.

Comissão de Regimento Interno

Presidente - desembargador federal Guilherme Calmon.

Membros - desembargadores federais Abel Gomes e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

Suplente - desembargador federal Ricardo Perlingeiro.

Composição do TRE/RJ

Titular - desembargador federal André Fontes.

Suplente - desembargador federal Luiz Antônio Soares.

Composição do TRE/ES

Titular - juiz federal Fernando Mattos.

Suplente - juíza federal Cristiane Chmatalik.

*ACOI/TRF2

▶ Ajufe e TRF-2 lançam cartilha de direito previdenciário para tirar dúvidas da população sobre previdência social*

A Associação de Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) lançaram nesta segunda-feira (6) a obra “Cartilha de Direito Previdenciário”, em parceria com o Grupo Globo.

O evento foi realizado no Centro Cultural da Justiça Federal, no Centro do Rio, e contou com a presença do ministro do STJ, Benedito Gonçalves; do presidente do TRF-2, Sergio Schwaitzer; do vice-presidente da Ajufe da 2ª Região, Eduardo André Brandão; do Diretor Jurídico do Grupo Globo, Antônio Carlos Ferreira, além de juizes e desembargadores.

A Cartilha de Direito Previdenciário é resultado da profícua experiência desenvolvida pela Ajufe no âmbito do projeto Expedição da Cidadania. A publicação tem como objetivo esclarecer dúvidas de aposentados e pensionistas sobre os benefícios pagos pela previdência social, por meio de uma linguagem simples e objetiva.

O livreto traz tabelas, figuras, desenhos e ilustrações que facilitam o acesso e o entendimento a qualquer pessoa. Os exemplares da revista já estão sendo distribuídos a populações carentes de diversos estados brasileiros. Clique aqui para acessar a Cartilha de Direito Previdenciário.

*Extraído do www.trf2.jus.br – Fonte: Assessoria de Imprensa/AJUFE

Fonte: Portal Ajufe.



Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

